



SUMÁRIO

ABREVIATURAS E SIGLAS USADAS.....	23
INTRODUÇÃO.....	25
1. ACIDENTES DO TRABALHO NO BRASIL.....	29
1.1. Importância do problema.....	29
1.2. Os números dos acidentes.....	32
1.3. Histórico das leis acidentárias.....	38
2. ABRANGÊNCIA DO CONCEITO DE ACIDENTE DO TRABALHO	43
ABRANGÊNCIA DO CONCEITO DE ACIDENTE DO TRABALHO	43
2.1. Necessidade do enquadramento legal.....	43
2.2. Espécies legais de acidentes do trabalho	45
2.3. Acidente típico	46
2.4. Doenças ocupacionais.....	52
2.5. Nova Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho (LDRT).....	59
2.6. Concausas.....	60
2.7. Acidente de trajeto	63
2.8. Outras hipóteses	66
3. CARACTERIZAÇÃO DO ACIDENTE DO TRABALHO	69
3.1. Comunicação do Acidente do Trabalho — CAT	69
3.2. Enquadramento técnico do acidente pelo INSS.....	75
3.3. Recurso administrativo contra o enquadramento	77
3.4. Ação judicial contra o enquadramento	80
4. RESPONSABILIDADE CIVIL POR ACIDENTE DO TRABALHO.....	91
4.1. Direitos acidentários e reparações civis.....	91

4.2.	Noção sobre responsabilidade civil.....	92
4.3.	Evolução da responsabilidade civil por acidente do trabalho	94
4.4.	Cumulação com os benefícios acidentários.....	99
4.5.	Espécies de responsabilidade civil.....	108
4.6.	Responsabilidade civil subjetiva.....	110
4.7.	Responsabilidade civil objetiva.....	111
4.8.	Responsabilidade civil por atos dos empregados ou prepostos.....	112
4.9.	Responsabilidade civil nas terceirizações.....	121
5.	ACIDENTE DO TRABALHO E RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA ...	129
5.1.	Desenvolvimento da teoria do risco	129
5.2.	Abrangência da responsabilidade civil objetiva	132
5.3.	A teoria do risco acolhida no novo Código Civil.....	138
5.4.	É aplicável a inovação do Código Civil no acidente do trabalho?	140
5.5.	Extensão da responsabilidade objetiva do novo Código Civil	150
5.6.	A mensuração do risco pelo Fator Acidentário de Prevenção	161
5.7.	O seguro acidentário e a indenização pela teoria do risco.....	164
5.8.	As atividades consideradas de risco pela jurisprudência trabalhista.....	168
5.9.	Perspectivas da responsabilidade civil por acidente do trabalho.....	172
6.	NEXO CAUSAL NO ACIDENTE DO TRABALHO.....	185
6.1.	Causalidade como pressuposto da indenização	185
6.2.	Enfoque acidentário e da responsabilidade civil	189
6.3.	Nexo nos acidentes e nas doenças ocupacionais	196
6.4.	Nexo concausal	201
6.4.1.	Conceito e abrangência.....	201
6.4.2.	A concausa nos acidentes do trabalho	203
6.4.3.	Gradação da concausa.....	205
6.4.4.	Repercussão jurídica do grau da concausa.....	209
6.5.	Excludentes do nexo causal.....	216
6.6.	Culpa exclusiva da vítima.....	216
6.7.	Caso fortuito ou de força maior.....	221
6.8.	Fato de terceiro	231
6.9.	Adoecimentos não ocupacionais.....	241
7.	CULPA DO EMPREGADOR NO ACIDENTE DO TRABALHO.....	243
7.1.	A culpa como pressuposto da indenização	243
7.2.	Distinção entre dolo e culpa.....	244
7.3.	Abrangência do conceito de culpa	244

7.4.	Culpa contra a legalidade	247
7.5.	Culpa por violação do dever geral de cautela	268
7.6.	Graus de culpa: grave, leve e levíssima	274
7.7.	Culpa exclusiva da vítima.....	278
7.8.	Culpa concorrente da vítima.....	278
7.9.	Presunção de culpa do empregador	291
8.	DANOS DECORRENTES DO ACIDENTE DO TRABALHO.....	301
8.1.	O dano como pressuposto da indenização.....	301
8.2.	Quando o acidente provoca danos.....	303
8.3.	Dano material	304
8.3.1.	Abrangência.....	304
8.3.2.	Dano emergente	305
8.3.3.	Lucro cessante	306
8.4.	Dano moral	308
8.4.1.	Evolução e abrangência.....	308
8.4.2.	Fundamentos constitucionais do dano moral.....	312
8.4.3.	Cumulação com o dano material.....	315
8.4.4.	Finalidade da indenização por dano moral.....	316
8.4.5.	Cabimento do dano moral no acidente do trabalho	
8.4.6.	Prova do dano moral.....	321
8.4.7.	Crítérios para arbitramento da indenização	325
8.4.8.	Controle do montante indenizatório pelo TST	330
8.4.9.	Dano moral na responsabilidade objetiva	333
8.5.	Dano extrapatrimonial trabalhista.....	335
8.5.1.	Alterações da reforma trabalhista de 2017	335
8.5.2.	A inovação terminológica do dano extrapatrimonial.....	337
8.5.3.	A pretensão de limitar o dano moral trabalhista.....	339
8.5.4.	Conceito e extensão do dano extrapatrimonial	342
8.5.5.	Bens jurídicos tutelados da pessoa física ou jurídica.....	343
8.5.6.	Legitimados à reparação do dano extrapatrimonial	
8.5.7.	Responsáveis pelo dano extrapatrimonial.....	349
8.5.8.	Cumulação dos danos patrimoniais e extrapatrimoniais.....	353
8.5.9.	Crítérios para fixação do montante indenizatório	353
8.5.10.	O tabelamento do dano extrapatrimonial trabalhista.....	356
8.5.11.	O dano extrapatrimonial coletivo.....	362
8.5.12.	Vigência e aplicação das inovações da Lei n. 13.467/2017	363
8.6.	Dano estético.....	366
8.6.1.	Conceito e abrangência.....	366
8.6.2.	Cumulação com o dano moral.....	367

8.7.	Dano existencial.....	371
8.7.1.	Introdução na legislação trabalhista.....	371
8.7.2.	Histórico.....	372
8.7.3.	Conceito e abrangência.....	375
8.7.4.	Dano moral e dano existencial: similitudes e diferenças.....	378
8.7.5.	Dano existencial trabalhista	381
8.8.	Perda de uma chance	388
8.9.	Outros danos indenizáveis e críticas à proliferação de novos danos.....	395
8.10.	Do risco ergonômico para o risco econômico.....	398
9.	INDENIZAÇÕES NOS ACIDENTES DO TRABALHO COM ÓBITO	401
9.1.	Considerações iniciais.....	401
9.2.	Apuração e reparação dos danos.....	402
9.2.1.	Danos emergentes.....	402
9.2.2.	Lucros cessantes ou pensão	403
9.2.3.	Danos morais ou extrapatrimoniais.....	405
9.2.4.	Deduções cabíveis.....	408
9.3.	Natureza jurídica da pensão.....	417
9.4.	Beneficiários da pensão	422
9.4.1.	Titulares do direito ao pensionamento	422
9.4.2.	Pensionamento do cônjuge ou companheiro.....	424
9.4.3.	Pensionamento dos filhos.....	428
9.4.4.	Pensionamento dos pais.....	430
9.4.5.	Pensionamento de outros beneficiários	433
9.5.	Base de cálculo da pensão	434
9.6.	Constituição de capital para garantia do pensionamento.....	441
9.7.	Termo final da pensão.....	447
9.8.	Direito de crescer dos beneficiários remanescentes.....	455
9.9.	Legitimidade para postular a indenização por dano moral ou extrapatrimonial	460
9.9.1.	Transmissibilidade do dano moral	460
9.9.2.	Titulares do direito à indenização por dano moral.....	478
9.9.3.	Arbitramento da indenização quando há vários lesados.....	489
10.	INDENIZAÇÕES NOS ACIDENTES DO TRABALHO SEM ÓBITO	493
10.1.	Danos quando a vítima sobrevive ao acidente	493
10.2.	Prova pericial para mensuração dos danos.....	494
10.3.	Indenizações no caso de incapacidade permanente	509
10.4.	Indenizações no caso de redução da capacidade.....	519
10.5.	Deduções cabíveis.....	526

10.6.	Possibilidade de revisão do pensionamento	527
10.7.	Opção do acidentado pelo pagamento integral.....	528
10.8.	Indenizações no caso de incapacidade temporária.....	537
10.9.	Indenizações no caso de acidente sem afastamento	539
11.	PRESCRIÇÃO	541
11.1.	Considerações iniciais.....	541
11.2.	Prazo prescricional: civil ou trabalhista?.....	542
11.3.	Regras de transição para aplicação da prescrição civil.....	551
11.4.	Prescrição nas ações ajuizadas antes da EC n. 45/2004.....	555
11.5.	Prescrição nas ações ajuizadas após a EC n. 45/2004	561
11.6.	Início da fluência do prazo prescricional	566
11.7.	Prescrição parcial na pensão indenizatória.....	574
11.8.	Prescrição nas ações ajuizadas por domésticos.....	579
11.9.	Prescrição nas ações ajuizadas por reclamantes menores.....	582
11.10.	Prescrição nas ações por danos em ricochete.....	589
11.11.	Prescrição nas ações do trabalhador não empregado.....	592
11.12.	Pronunciamento de ofício da prescrição.....	594
11.13.	Impedimento e suspensão da prescrição no período da Covid-19.....	602
12.	AÇÃO REVISIONAL NAS INDENIZAÇÕES POR ACIDENTE DO TRABALHO	605
12.1.	Considerações iniciais.....	605
12.2.	Cabimento da ação revisional.....	606
12.3.	Competência para julgamento.....	612
12.4.	Limites e efeitos da ação revisional	612
12.5.	Alteração ocorrida antes do trânsito em julgado	617
12.6.	Questões controvertidas sobre o cabimento da ação revisional.....	619
12.7.	Alteração ocorrida após a indenização paga de uma só vez.....	619
12.8.	Alteração ocorrida após a celebração de acordo	622
12.9.	Morte do acidentado	623
13.	CONTROVÉRSIAS SOBRE A COMPETÊNCIA.....	625
13.1.	Histórico das controvérsias sobre a competência	625
13.2.	Consolidação da competência da Justiça do Trabalho	632
13.3.	Processos em andamento na Justiça Comum	637
13.4.	Ação ajuizada por pessoa diversa do acidentado	639
13.5.	Ação do acidentado sem vínculo de emprego	644

13.6.	Ação rescisória de julgado da Justiça Comum	647
13.7.	Ação revisional do pensionamento	650
13.8.	Ação ajuizada pelo acidentado em face do INSS.....	651
13.9.	Ação ajuizada em face do terceiro causador do acidente.....	654
13.10.	Flexibilização da competência para o domicílio da vítima.....	658
14.	ACIDENTE SOFRIDO POR TRABALHADOR DOMÉSTICO OU NÃO EMPREGADO	667
14.1.	Considerações iniciais.....	667
14.2.	Acidente do trabalho e acidente no trabalho.....	667
14.3.	Acidente ocorrido no âmbito doméstico.....	669
14.4.	Competência para julgar a ação indenizatória	670
14.5.	Análise do cabimento de indenização	670
14.6.	Ajustamentos na apreciação da culpa	671
14.7.	Fixação do valor da indenização	679
14.8.	Prescrição aplicável	681
15.	ACIDENTES OU DOENÇAS OCUPACIONAIS NO TELETRABALHO.....	683
15.1.	Considerações iniciais.....	683
15.2.	Regulamentação legal do teletrabalho	684
15.3.	Deveres do empregador quanto à segurança e saúde no teletrabalho.....	686
15.4.	Caracterização do acidente ou doença ocupacional no teletrabalho	691
15.5.	Cabimento das indenizações acidentárias no teletrabalho	693
15.6.	Casuística dos acidentes em teletrabalho	695
16.	INDENIZAÇÕES DECORRENTES DA COVID-19 OCUPACIONAL	699
16.1.	O advento da pandemia do novo coronavírus.....	699
16.2.	Caracterização da Covid-19 como doença ocupacional	700
16.2.1.	Repercussões do enquadramento ocupacional da Covid-19.....	700
16.2.2.	Enquadramento ocupacional após emissão regular da CAT	703
16.2.3.	Enquadramento ocupacional sem a emissão da CAT pelo empregador.....	704
16.3.	Enquadramento da Covid-19 pela Previdência Social	708
16.3.1.	Considerações iniciais	708
16.3.2.	A suspensão do art. 29 da MP n. 927/2020 pelo STF.....	709
16.3.3.	Como doença ocupacional	711
16.3.4.	Exceção da doença de natureza endêmica (pandêmica)	718
16.3.5.	Pela contaminação acidental	720
16.3.6.	Pelo Nexo Técnico Epidemiológico	721
16.3.7.	Pelo nexo concausal.....	723

16.3.8. Como doença não relacionada ao trabalho.....	725
16.3.9. Recurso administrativo ou judicial contra o enquadramento	726
16.4. Nexo causal nos danos da Covid-19	727
16.4.1. Considerações iniciais.....	727
16.4.2. Controvérsias sobre a causalidade.....	728
16.4.3. Investigação do nexo causal	729
16.4.4. Presunção do nexo causal.....	737
16.4.5. Excludentes do nexo causal	742
16.5. Responsabilidade civil objetiva ou subjetiva pela Covid-19	745
16.6. Culpa nos danos decorrentes da Covid-19	750
16.7. Indenizações decorrentes da Covid-19.....	754
16.7.1. Considerações iniciais.....	754
16.7.2. Indenizações no caso de óbito.....	755
16.7.3. Indenizações nas hipóteses de incapacidade.....	755
16.7.4. Indenizações por outros prejuízos.....	757
16.7.5. Indenizações no caso de comorbidade	760
16.7.6. Diretrizes para arbitramento do dano extrapatrimonial	761
16.7.7. Compensação financeira especial da Lei n. 14.128/2021	763
16.8. Importância da prova pericial.....	766
17. LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA NAS AÇÕES INDENIZATÓRIAS.....	773
17.1. Considerações iniciais.....	773
17.2. Contribuição para a Previdência Social	774
17.3. Correção monetária	774
17.4. Juros de mora	783
17.5. Retenção de imposto de renda na fonte	789
17.6. Quadro sinóptico das incidências cabíveis	798
ANEXO I – Agentes patogênicos causadores de doenças profissionais ou do trabalho, conforme previsto no art. 20 da Lei n. 8.213, de 1991 (Lista Anexa ao Decreto n. 3.048/1999)	799
ANEXO II – LISTA A – Agentes ou fatores de risco de natureza ocupacional relacionados com a etiologia de doenças profissionais e de outras doenças relacionadas com o trabalho (Lista Anexa ao Decreto n. 3.048/1999)	805
Anexo III – LISTA B – Doenças e os respectivos agentes etiológicos (Redação dada pelo Decreto n. 6.957, de 2009).....	815
ANEXO IV – LISTA A – Agentes e/ou fatores de risco com respectivas doenças relacionadas ao trabalho (Portaria GM/MS n. 1.999, de 27 de novembro de 2023). 837	
ANEXO V – LISTA B – Doenças Relacionadas ao Trabalho com respectivos Agentes e/ou Fatores de Risco (Portaria GM/MS n. 1.999, de 27 de novembro de 2023). 899	

ANEXO VI – LISTA C – Hipóteses em que se reconhece o nexó técnico epidemiológico — relação entre CID e CNAE	941
ANEXO VII – Relação das situações que dão direito ao auxílio-acidente.....	945
ANEXO VIII – Tabela da SUSEP para cálculo da indenização em caso de invalidez permanente.....	949
ANEXO IX – Tabela da Lei n. 11.945/2009 para cálculo da indenização em caso de invalidez permanente das vítimas cobertas pelo seguro DPVAT	951
ANEXO X – Tabelas de expectativa de sobrevida no Brasil – ano 2018	953
ANEXO XI – Tabelas de expectativa de sobrevida no Brasil – ano 2019.....	956
ANEXO XII – Tabelas de expectativa de sobrevida no Brasil – ano 2020	959
ANEXO XIII – Tabelas de expectativa de sobrevida no Brasil – ano 2021.....	962
ANEXO XIV – Íntegra do acórdão do conflito de competência n. 7.204-1, julgado pelo pleno do Supremo Tribunal Federal no dia 29 de junho de 2005	965
BIBLIOGRAFIA.....	981
ÍNDICE ALFABÉTICO E REMISSIVO	993